

HORTÊNCIA: NATUREZA, DESVIO E DIFERENÇA EM UM ROMANCE AMAZÔNICO

Carmem Izabel RODRIGUES
(Universidade Federal do Pará)

RESUMO: Este trabalho é uma proposta interdisciplinar de analisar algumas articulações entre linguagem literária e linguagem sócio-antropológica, como duas formas de expressão, diferentes em suas motivações e objetivos, mas complementares em seus resultados, e através das quais os sujeitos-atores sociais buscam explicar/interpretar as sociedades e culturas – reais e/ou fictícias – que constituem seu objeto de análise. Partimos de um romance naturalista, Hortência, de Marques de Carvalho, cujo tema, o desvio social, tema recorrente na literatura do período analisado, nos ajuda a pensar sobre as diversas formas de representação da diferença – social, racial, sexual – assim como sobre as diferentes “falas” através das quais uma sociedade pode ser enfocada, seja pela via romaneada da ficção literária, seja pela descrição pretensamente objetiva do cientista social, especialmente quando o escritor-romancista pretende ser, também, um narrador de acontecimentos reais.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza; Cultura; Desvio; Diferença.

ABSTRACT: This work is an interdisciplinary approach to examine some connections between literary language and social-anthropological language, as two forms of expressions, different in their motivations and goals, but complementary in their results, and through/by which social actors-subjects try to explain/interpretate the societies and cultures – real or fictitious – that constitute its object of analysis. We started from a naturalistic novel – Hortencia – from Marques de Carvalho, whose theme, social deviance, a recurring theme in the literature of the period analyzed, help us to think about the various forms of representation of difference – social, racial, sexual – as well as on the different “languages” through which a society can be approached, either through romanticized literary fiction, or through the presumed objective description of the social scientist, especially when the writer-novelist wants to be also a narrator of real events.

KEY WORDS: Nature; Culture; Deviance; Difference.

1 INTRODUÇÃO

A guerra nos textos também existe:...quando não se tem nada em comum com o autor à sua frente, e quando só se sente hostilidade por suas idéias, o diálogo se torna impossível e é substituído pela sátira ou pela ironia; a compreensão dos textos sofre com isso [...] Escolher o diálogo quer dizer também evitar os dois extremos que são o monólogo e a guerra. Que o monólogo seja do crítico ou do autor, pouco importa: trata-se [...] de uma verdade já encontrada [...] prefiro encontrar a verdade do que possuí-la. (TODOROV, 1993, p. 16).

Através da análise de um romance naturalista do século XIX, buscamos tangenciar as fronteiras entre a literatura e as ciências sociais, e os limites entre o texto literário e o texto etnográfico, nos quais questões de objetividade e subjetividade, distância e familiaridade, emotividade e racionalidade, sempre presentes, nem sempre são claramente colocadas ou mesmo percebidas. Partindo dessa perspectiva, buscamos analisar alguns aspectos sócio-antropológicos presentes no romance *Hortência*, de Marques de Carvalho, romance naturalista ambientado na cidade de Belém na segunda metade do século XIX, publicado em 1888, segundo os cânones naturalistas de interpretação da realidade que se estavam legitimando nesse período, tanto na ciência quanto na literatura.

Nele o autor trata de um tema sempre presente nas sociedades humanas, mas quase sempre silenciado: o incesto entre irmãos. Considerado como um *escândalo* que expõe as fraquezas humanas, que fere as normas sociais e que coloca em risco a ordem familiar e da própria sociedade como um todo, o incesto é caracterizado, a partir de doutrinas e teorias que atravessam a própria

história da humanidade, como uma *profanação* no interior da família, como um *pecado* contra a lei de Deus, como um crime hediondo contra a natureza humana, como um *desvio* das regras sociais estabelecidas, regras *sagradas* que o desviante não consegue seguir em virtude de sua natureza anti-social, pecadora, transgressora, animal.

É importante destacar, a partir do tema, a posição do autor na defesa das teorias naturalistas, racialistas, deterministas, que explicam os temperamentos e comportamentos sociais e individuais. Pretendendo justificar sua posição de observador *científico* da sociedade paraense, o autor chama sua obra de “observação”, define seu romance como “naturalista” e “fielmente inspirado num fato verídico” (CARVALHO, 1977, p. 188), do qual foi apenas “o observador, o analista e o crítico de um certo acontecimento” (CARVALHO, 1977, p. 190). Dentro do espírito do romance naturalista em foco, o desvio é algo “patológico” e ao mesmo tempo o patológico é “normal” quando se refere a determinadas pessoas ou grupos sociais: essas pessoas ou grupos estão condicionadas – pelo sangue, pelo temperamento, ou pelo meio social – a cometerem atos anti-sociais. Por outro lado, do ponto de vista da sociedade como um todo, o desvio (ou certos comportamentos desviantes) deve ser necessariamente silenciado, para não colocar em risco o equilíbrio da sociedade.

Dessa perspectiva a noção de “deslocamento” tal como trabalhada por DaMatta (1993, p. 37) é uma noção interessante para se pensar as relações entre antropologia e literatura: em um artigo intitulado “A obra literária como etnografia”, o autor recapitula algumas tentativas anteriores de analisar textos literários como peças etnográficas, como “descrições de sociedades”. Para isso, ele propôs que se tomassem essas peças literárias como “narrativas míticas, como momentos em que a sociedade falava de si mesma” (*Ibidem*, p.35) e que “o texto literário podia ser interpretado como um texto *deslocado*”, isto é, um texto que fala sobre o que a sociedade normalmente silencia. Assim, “numa sociedade dominada por valores religiosos, um texto profano tenderia a ser ‘lido’ como

'literário (e) se uma sociedade não permite falar de sexo, a literatura fala [...] de modo aberto e "escandaloso" (*Ibidem*, p. 37). A noção de "deslocamento" permitiria, então, definir (ou redefinir) uma obra como literária ou não-literária.

A ambigüidade entre o que é propriamente literário e o que é propriamente científico foi também discutida por Laplantine (1988). Especialmente no caso do "romance etnológico" (cujo caso exemplar é, para muitos, *Tristes Trópicos*, de Claude Lévi-Strauss, 1996) e do romance "propriamente dito", os limites são muito tênues e, em muitos casos conhecidos, é difícil separar a "prática de etnólogo" da prática de escritor e poeta. Ao mesmo tempo, antropologia e literatura mantêm uma relação especial com a viagem, o que implica necessariamente em processos de deslocamento geográfico-espaciais, sociais e pessoais. O próprio ato de escrever implica, para escritores e antropólogos, em uma situação de deslocamento ou de "estranhamento" (TODOROV, 1993, p. 174). Nas duas formas de *escrita* (dois gêneros), exotismo e estranhamento permeiam a relação – pretensamente real ou pretensamente ficcional – entre o narrador e o mundo por ele narrado. Descobrir e acentuando o exotismo, o escritor se dá conta da diferença cultural, e ao escrever, ao textualizar a diferença, o autor mergulha no âmago da reflexão antropológica.

Essa capacidade de "estranhar" e relativizar todas as culturas, todos os costumes, está presente no romance literário, assim como no texto etnográfico. Descobrir, imaginando ou intuindo, através das viagens – reais ou imaginativas – outros mundos, outros povos, outras formas de vida, o escritor/viajante descobre que sua cultura não é a única; a descoberta da diferença o desperta para um conhecimento novo, para uma experiência única, singular, que o transformará para sempre: ele fica profundamente marcado pela experiência do "exotismo".

Exotismo e diversidade, assim como distanciamento e familiaridade coexistem, portanto, no romance e na obra etnológica, como dois termos fundamentais de um processo de conhecimento

que envolve pesquisador e sociedade pesquisada, com a mesma intensidade dramática: à medida que mais "conhecemos" uma sociedade estranha, em que conseguimos "traduzir" uma cultura estranha, tornando suas categorias "nativas" familiares ao nosso universo cognitivo, maior a nossa capacidade de nos "distanciarmos" afetiva e cognitivamente de nossas próprias categorias de pensamento, de "estranharmos" nossos hábitos e valores, "naturalizados" em nós por uma tradição petrificada, cristalizada – a nossa "tradição" (DAMATTA, 1978).

Ao deixar transparecer, em seu texto, os sentimentos e emoções que o assaltam, o antropólogo aproxima-se do escritor que se expõe através de sua subjetividade. Por outro lado, o escritor objetivista, que se propõe a retratar fielmente a realidade, com neutralidade, através da "pura observação e descrição dos fatos" aproxima-se da ciência positivista clássica. Em ambos os casos, é igualmente difícil, para escritores ou cientistas, colocar-se no lugar do outro,

captar suas vivências e experiências particulares [...] A realidade (familiar ou exótica) é sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é sempre percebida de maneira diferenciada (VELHO, 1978, p. 37-42).

2 O ROMANCE BRASILEIRO NO FIM DO XIX: CIENTIFICISMO, NATURALISMO E REALISMO

A diversidade humana é infinita, seja a diversidade dos próprios seres humanos, seja a diversidade dos valores humanos: existem valores universais ou todos os valores são relativos? (TODOROV, 1993, p. 21). E se todos os valores são relativos, em que escala ou lugar ficam nossos próprios valores? Respostas a essas questões tendem a encaixar-se dentro de duas perspectivas fundamentais: a dos etnocêntricos, caricaturistas do universal, porque "generalizam" o particular, erigindo seus próprios valores como "verdadeiros" e universais; e a dos relativistas, que reconhecem que

seus valores são particulares e procuram confrontá-los com outros, mesmo não abrindo mão de seus próprios valores.

Essas duas perspectivas estão relacionadas a outras categorias opostas, mas não excludentes, como unidade e diversidade, identidade e alteridade, fatos e valores. Uma das figuras centrais do universalismo é o cientificismo (TODOROV, 1993, p. 32), uma doutrina “científica” muito próxima do racismo e do racismo. O cientificismo postula a) um determinismo integral, que submete as normas morais à natureza humana e a própria natureza humana a uma ordem cósmica, pré-estabelecida; b) a autoridade da ciência para formular os objetivos da sociedade e indicar os meios de alcançá-los (*ibidem*, p. 111).

Esses pressupostos deterministas e naturalistas tiveram um peso enorme nas teorias sociais e políticas e na produção literária brasileira em fins do século XIX, quando teorias positivistas, evolucionistas e darwinistas foram introduzidas no cenário intelectual brasileiro, produzindo modelos que possibilitavam interpretar “cientificamente” a sociedade brasileira. Em *O Espetáculo das Raças*, Lilia Schwarcz (1993) realiza um balanço dessas teorias raciais produzidas no século XIX, e apropriadas e veiculadas a partir dos centros acadêmicos e científicos (faculdades, institutos e museus nacionais) para explicar a “questão racial” no Brasil. Segundo a autora, em fins do século XIX o Brasil era apontado, por viajantes europeus e por intelectuais brasileiros, como um “caso único e singular de extremada miscigenação racial”, um “festival de cores”, uma “nação multiétnica” (*ibidem*, p. 11). Partindo dessa “representação mestiça” amplamente reforçada nas obras dos naturalistas e viajantes, e analisando-a à luz das teorias raciais européias, cientistas e intelectuais, nacionais ou estrangeiros propunham-se a explicar as características essenciais da “nação” brasileira, suas “peculiaridades” e diferenças internas, atrelando seu atraso econômico e sua “decadência moral” à natureza da constituição de seu povo “mestiço”, “mulato”, híbrido. Nesse contexto, a questão racial se transforma numa

questão central para a compreensão dos destinos da nação, dentro de um modelo “racial” de análise, que tentava se legitimar através das diversas teorias evolucionistas: do darwinismo social adotou-se o pressuposto de uma diferença e de uma hierarquia natural entre as raças humanas; do evolucionismo social a idéia de uma constante evolução e aperfeiçoamento das raças humanas.

Para adaptar esse modelo racial à “realidade” de um de país mestiço, miscigenado, assim como para adaptar as teorias liberais e positivistas, também vigentes nesse momento, aos determinismos científico-naturalistas, cientistas e literatos, intelectuais e burocratas governamentais que participaram da e contribuíram para a discussão acerca da construção da nacionalidade brasileira, produziram teorias híbridas e redefiniram relações à luz desse hibridismo.

As novas idéias, ainda que ecléticas ou mesmo contraditórias, serviram para esboçar o modelo de análise de uma (nova) nação, que se formava a partir de então, mesmo sem um projeto político claramente definido. Na literatura e nas teorias científicas percebe-se a emergência desse modelo de análise da sociedade brasileira, baseado ao mesmo tempo em uma retórica liberal e em um discurso cientificista evolucionista, centrado nos conceitos de raça, cidadania, povo e nação, largamente utilizado para explicar o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental.

Segundo Schwarcz (1993), “é no interior desse contexto que se insere o embate entre ciências sociais e literatura”, no sentido de que a Sociologia procura distanciar-se das formas mais literárias de descrição da realidade, para aproximar-se mais de ciências como a biologia, que será o modelo de análise a partir da teoria da evolução (*ibidem*, p. 29) e analisar a realidade de uma forma mais objetiva e científica. Acima de tudo, a literatura desse período é dominada por uma “moda cientificista” e pelos “romances científicos” que, pretendendo garantir uma “objetividade literária” nos moldes da objetividade científica, utilizaram-se largamente dos modelos científicos deterministas; de fato, essa “moda” cientificista penetra no país mais por meio da literatura e não da ciência; as personagens

dos romances naturalistas são condicionadas pelas doutrinas deterministas e pelas teorias raciais dominantes. (*ibidem*, p. 30).

O período de 1870 a 1920 foi analisado e classificado por Lúcia Miguel-Pereira como um período de transição entre romantismo e modernismo (PEREIRA, 1973, p. 23). As principais “tendências” literárias desenvolvidas nesse período – o realismo, com a análise psicológica do “interior” das personagens em Machado de Assis, e o naturalismo, com a descrição objetivista do meio exterior em Aluísio de Azevedo – tinham em comum a recusa ao excessivo subjetivismo e idealismo românticos. Nelas, o romance, nascido com a ascensão da burguesia e destinado a expressar as emoções e sentimentos mais íntimos do burguês comum, passa a valorizar cada vez mais a razão ao invés dos sentimentos e a sobrepor critérios objetivos aos subjetivos.

Tanto no romance experimental de Aluísio de Azevedo quanto nas sondagens psicológicas dos personagens de Machado de Assis, triunfam a observação, a busca da verdade e da objetividade, expressos em uma realidade que retrata os seres humanos em suas paixões mesquinhas, suas ambições desenfreadas, em seus preconceitos e hipocrisias. Em um tom pessimista próprio do realismo, Machado de Assis trata da ambição humana e da incapacidade do homem em ultrapassar a condição humana e compreender o seu destino (*ibidem*, p. 73), enquanto Aluísio de Azevedo retrata o determinismo de meio social e dos caracteres físico-raciais sobre os indivíduos: maldade inata, indolência mental, caráter corrompido [pelo egoísmo e desejo sexual] são características inerentes à natureza humana.

Assim, contra o extremado culto do sentimento e da natureza, os realistas propunham experimentalismo e observação, o cultivo do fato e o valor da ciência (MOISÉS, 1985, p. 11-15). Em lugar do subjetivismo, propunham a objetividade; em lugar da imaginação, a razão e a inteligência para chegar a uma verdade universal, não individual, num mundo de fenômenos físicos, captados pelos sentidos; em lugar de devaneio e fantasia, a realidade

nua e crua: vícios, mazelas, desvios, violência, fealdade e vulgaridade. O comportamento humano passa a ser analisado sob influência do meio-ambiente e da herança genética: todo ser vivo é escravo das leis universais que regem o Cosmos (*ibidem*, p. 16).

Nesse contexto, a obra literária passa a ser um instrumento de denúncia e de combate a um corpo social “doente” – a sociedade – na qual os indivíduos estão submetidos aos fatores hereditários e ambientais; o romance torna-se então uma obra de “tese”; e de sentimental, transforma-se em experimental (*Ibidem*, p. 17). Com efeito, “com o advento do Naturalismo o romance passou a ser experimental e, portanto, científico” (PEREIRA, 1973, p. 26). Daí o “triunfo da observação” e o cuidado da descrição nas obras realistas e naturalistas (*ibidem*, p. 55).

3 HORTÊNCIA

É nessa perspectiva que o autor do romance *Hortência* estrutura sua obra e descreve sua “observação”. Considerado por Eidorfe Moreira como o primeiro romance belenense, o romance de Marques de Carvalho nos traz o contexto da cidade como o cenário do drama vivido por uma família de mulatos pobres, cujas características individuais – físicas e morais – são definidas à luz das teorias de hereditariedade e determinismo do meio natural e social. A família de Hortência vivia

numa pobre choupana de barro nu e teto de palha seca – choupana de pequena sala [...] uma varanda, dois quartos e uma cozinha [e era] formada por três membros: mãe, filho e filha (CARVALHO, 1977, p. 39).

Maria, a mãe, era lavadeira e tinha 50 anos de idade. Hortência, a heroína do romance, é uma “mulher do povo [...] uma mulata ingênua, ser ardis nem complicações psicológicas” (MOREIRA, Prefácio a *Hortência*). “Sua fisionomia era alegre, franca, simpática, habitualmente risonha. Olhos grandes e negros; tez fina, rosada, atraente” (CARVALHO, 1977, p. 40).

De estatura elevada, corpo robusto e desenvolvido na juventude de seus 15 anos, Hortência possuía

uma aristocracia inteira de formas naqueles membros de pobre rapariga do povo e [ao mesmo tempo] o instintivo pudor das mulheres, o qual obriga-as a um meio-recato ainda mesmo na intimidade da solidão [...] (CARVALHO, 1977, p. 44), um horror ao homem, à junção carnal dos corpos, por temperamento, por instinto, conhecendo já todos os segredos dos sexos, em resultado da liberdade completa em que fora criada e do meio em que tinha vivido [...] Essas teorias, recebera-as da mãe [e] da professora da escola pública [...] intimando-a a ser sempre uma rapariga honesta, fugindo da pecaminosa união sexual” [...] “Hortência era honesta e pura como o fogo é quente: pela sua própria essência (CARVALHO, 1977, p. 48-49).

Crescera trabalhando, lavando roupa com a mãe e por isso “tinha ojeriza ao gênio vadio do irmão, por instinto, pelo impulso natural de seu temperamento trabalhador” (CARVALHO, 1977, p. 41). Lourenço, o irmão, rapagão de 25 anos, era um “vadio consumado, um desses gênios essencialmente paraenses – voluptuoso, amigo da boa vida, dos dias inteiros passados na rede, abraçado à viola [...] A mãe nunca pudera fazer dele um homem de bem. Os seus instintos prevaleciam sempre [...]. Vivía às custas da mãe, “numa tranqüilidade de paxá.” E mesmo quando trabalhava “pouco dinheiro dava-lhe: gastava tudo em pândegas e bebedeiras com os amigos” (CARVALHO, 1977, p. 40).

Outra família referida no romance é também uma família de mulatos: Cláudio, artesão dono de uma oficina de sapatos e proprietário de uma vivenda na Estrada de São Jerônimo; Antônia, sua esposa adúltera, abandonada por este para morrer no hospital e “pagar ao Diabo o que devia a Deus” (*Ibidem*, p. 38). Ligando as duas famílias o amante de Antônia: Lourenço.

As diferenças de caráter e personalidade entre os irmãos transparecem nas idéias e valores que eles manifestam com relação a certas questões como o sentimento de dever filial e de maternidade (ou paternidade). Hortência já aos 15 anos

necessitava de um emprego para auxiliar a mãe – para sustentá-la, para dar-lhe de um tudo [...] Chegara a sua vez de trabalhar, de dar uma compensação à pobre velha, cuja fraqueza ia crescendo à medida que vinham chegando os anos. Como lhe era grato pensar que ia, finalmente, pagar a dívida que contraíra com a mãe, e cuja primeira letra assinara no momento de exalar o primeiro vagido no mundo [...] enquanto Lourenço era “um traste dum vadio que só queria andar pelas ruas a gastar com as fêmeas e com a cachaça tudo quanto conseguia adquirir nas suas curtas intermitências de trabalho”. Precisava, portanto, trabalhar “duplicadamente, por ambos. E com que prazer não se resignava àquele duro mister de animal de carga, somente para ser agradável à sua mãe estimadíssima (CARVALHO, 1977, p. 50).

Assim, a relação entre mãe e filha era marcada por sentimentos de amor e devotamento mútuo: “A poderosa força da ternura – o sangue comum dos parentes próximos – impeliava uma para a outra” (CARVALHO, 1977, p. 58). Predominavam, portanto, em Hortência os sentimentos femininos de filha amorosa e irmã dedicada, pois “amava extraordinariamente o irmão” (*Ibidem*, p. 68), mesmo reconhecendo seus graves defeitos e temia pelas conseqüências de seu comportamento leviano; quando teve conhecimento do drama de Antônia, mulher de Cláudio, “... um grande pesar caiu-lhe sobre o coração, sabendo que Lourenço, o seu irmão [...] era a causa de semelhante desgraça” (*ibidem*, p. 68). Ainda assim “[...] o sangue comum de ambos escaldava-lhe a pele e forçava-a a estimar Lourenço com um extraordinário afeto intenso e delicado” (CARVALHO, 1977 p. 68). E em uma noite – fatal – em que foram os três assistir a uma apresentação do circo americano na praça Dom Pedro II (hoje Praça da República), Hortência ficou especialmente “vulnerável” aos sentimentos de carinho e ternura que dedicava ao irmão, de modo que

[...]um sentimento de gratidão ergueu-se-lhe no espírito para com Lourenço. Levantou os olhos, cravou-os no rosto do rapaz. Achou-o simpático, bonito quase, diferente do que tinha lhe parecido até ali, pela influência da predisposição otimista em que achava-se [...] Era um renascimento completo no seu modo de encarar Lourenço.

Sentia-se complacente. Disposta a esquecer as tolices do doidivasas, com a necessidade de perdoar tudo, na largueza incomparável do seu bondoso coração (CARVALHO, 1977, p. 76).

Para o autor, do ponto de vista de Lourenço o incesto era inevitável, na medida em que o desejo que passou a sentir pela irmã, a partir da noite do circo, era incontrolável. Como

um animal no cio: trêmulo, nervoso, arfante, ardendo em febre [...] entrou a pensar na irmã, na idade dela, nas suas bonitas formas de virgem – com uma grande volúpia no fundo dos olhos [e] começou a experimentar vagos desejos de vê-la, de sentir-lhe o calor do sangue de encontro ao seu corpo, de afagá-la carinhosamente, longamente, nos estos de criminosa paixão a súbitas erguida em seu dissoluto espírito libérrimo [...] O desejo banal e comum cedeu lugar à aspiração incestuosa. (CARVALHO, 1977, p. 79).

A partir desse momento, Lourenço travou uma luta titânica consigo mesmo, entre o desejo incestuoso e criminoso e alguns restos de valores morais que sobreviveram no fundo de sua consciência, mas que não conseguiram sobrepujar o “impulso irresistível” que lhe prometia “paroxismos de gozo, delícias adoráveis, eternas comoções prazenteiras [...] Não pode mais conter-se: chegara ao termo de suas forças” (CARVALHO, p. 80). Derrotado por sua própria “natureza libérrima de homem criado sem peias” (CARVALHO, 1977, p. 154), vencido pelo desejo incontrolável e sem limites, Lourenço submete sua “presa” e concretiza o ato incestuoso com a irmã que

[...] só muito tarde, quando não mais podia fugir, teve a completa percepção de tudo, no momento em que o irmão, de salto, abraçando-a atleticamente, num esforço violento e bestial, ergueu-a à meia altura do solo, beijando-a doidamente, e rolou com ela para o fundo da rede, ansioso, ofegante [...] belo de alegria, sublime de virilidade vitoriosa” (CARVALHO, 1977 p. 82).

Após praticado o ato, Lourenço arrepende-se, temendo que a mãe seja informada do “delito” que cometeu (CARVALHO, 1977, p. 86), da “hediondez” do crime que praticou (CARVALHO, 1977, p. 87):

Desonrara a irmã, perdera-a para sempre, dissoluto e perversor. Cavara-lhe a ruína com o gozo que fora buscar em seu corpo imaculado. Agora que homem havia de a querer, assim profanada? [...] Seu modo de proceder havia ultrapassado todas as raiais da compreensão humana, para estender-se até o círculo fatal dos crimes secretos, onde não chega a clemência da desculpa (CARVALHO, 1977 p. 88).

Durante meses escondeu-se nas orgias e “sambas da pior espécie [...] nos batuques da escória encachaçada” em meio a “diversões e gozos baratos de amores vulgares comprados com abatimento nos depreciados mercados das *vênus* negras” (CARVALHO, 1977, p. 90), vivendo sentimentos contraditórios: “mescla de remorsos, tristezas, indiferenças, cinismo, gáudio trepidante e ruidoso” (CARVALHO, 1977, p. 89), ufanismo pela “vitória ganha em casa, sem grande trabalho” (CARVALHO, 1977, p. 88) enquanto “a obsessão tenaz do desejo de continuar a possuí-la” (CARVALHO, 1977, p. 90) não saía de sua imaginação.

Do ponto de vista de Hortência, o incesto significou uma ruptura decisiva e definitiva entre seu estado de “jovem pura e imaculada”, condição que lhe prenunciava um futuro – virtual – de esposa e mãe, através de um casamento com um homem de sua classe ou grupo social; a perda da inocência foi marcada também por sentimentos contraditórios com relação ao irmão e à sua nova condição: “Já era uma verdadeira mulher [...] Possuía-a o filho de sua mãe [...] seu próprio irmão” (CARVALHO, 1977, p. 84). Ao mesmo tempo em que lamentava o acontecido e se mortificava por não ter conseguido opor resistência ao ato, desculpava-se pela sua fraqueza e mais: desculpava o irmão, cujo “arrojo” tomava “certas proporções de heroísmo amoroso...” (*ibidem*, p. 84). Um momento depois não conseguia desculpá-lo, lembrando que o irmão a desonrara; prometia-se que sempre fugiria dele dali em diante, e ao mesmo tempo decidia-se a nada contar à mãe, para não a indispor contra “o pobre Lourenço que, afinal de contas, não era mau rapaz” (CARVALHO, 1977, p. 85). Ao mesmo tempo, sentia-se invadida por

uma espécie de orgulho por ter finalmente passado pela imolação natural do sexo utilizado [...] era uma verdadeira mulher, completa, sem defeitos, sem ignorar nada [...] [Afinal] o mundo era aquilo: a constante empresa da reprodução das espécies funcionando em todas as engrenagens das camadas sociais. A sorte era onipotente. A sua sina era aquela: conformar-se-ia. (CARVALHO, 1977, p. 85).

Depois de algum tempo afastado da família, Lourenço reencontrou-as na festa de Nazaré. A partir daí o mulato “sem precipitar-se, roído por sórdidos desejos intensos” preparou-se paciente e arditamente para “voltar ao incesto com a irmã” (CARVALHO, 1977, p. 95). E durante um passeio ao marco-da-légua, num domingo, possuiu a irmã pela segunda vez e estabeleceu com ela uma constante relação incestuosa, vivida dentro de casa, sem que a mãe percebesse claramente o que se passava. Reconhecendo que não poderia fugir ao destino, Hortência o aceitou e a partir de então “amaram-se e procuraram-se como dois esposos” (CARVALHO, 1977, p. 116).

O aparente mar de felicidade conjugal, dentro do qual mal se escondiam tormentas de “enormíssima paixão” (*ibidem*, p. 116), desejo, entrega e posse, ciúmes e exigências de ambas as partes, anuviou-se quando a mãe de Hortência descobriu sua gravidez; o excessivo amor maternal transformou-se em rancor, zanga, vergonha e decepção, vendo caírem por terra todos os planos e projetos amparados na virgindade e honradez da filha; incapaz de negar sua gravidez, Hortência recusou-se a dizer quem era o pai de seu filho para não revelar a infâmia maior – ele seria fruto de uma união incestuosa. A descoberta do incesto foi para a mãe o fim de tudo, a ruína da família: amaldiçoou os “hediondos pecadores” e abandonou a casa, deixando-os “entregues ao seu crime” (CARVALHO, 1977, p. 138), e nem mesmo no momento de sua morte perdoou a filha.

A partir de então, Hortência e Lourenço passaram a viver – de fato – como marido e mulher, “sob os olhares motejadores da vizinhança, cheios de mudas repreensões” (*ibidem*, p. 154) mas aceitos com naturalidade pelos amigos mais chegados. Os anos de

vida em comum, lembrados por Hortência na festa do terceiro aniversário do filho, foram de sofrimento, dor e renúncia da mulher que, nesse curto espaço de tempo, perdeu a beleza e as ilusões. Lourenço voltou a ser o que sempre foi um

vadio consumado, que perdera o hábito de trabalhar [...] um mulato perverso sem coração, um bruto [...] um bêbado que falava asperamente e batia-lhes [a ela e ao filho] a cada instante... (CARVALHO, 1977, p. 168-171)

de tal modo que um dia, amedrontada pela violência de Lourenço, fugiu de casa e entregou o filho a uma cabocla que iria criá-lo, em troca de um pagamento razoável. Depois de algum tempo voltou para casa e “conformou-se, afinal, com esse estado de existência, para o qual parecia-lhe ter sido votada por inelutáveis destinos superiores” (CARVALHO, 1977, p. 171). Tristeza e desalento acentuaram-se quando reencontrou a mãe no hospital, que morreu sem perdoá-la de seus pecados. Horas depois, esfaqueada pelo irmão bêbado, caiu morta, ensangüentada, sobre o cadáver da mãe.

4 NATUREZA, DESVIO E DIFERENÇA EM UM ROMANCE NATURALISTA

O desvio é um tema recorrente na literatura (VELHO, 1982, p. 81) como também na teoria sociológica (BECKER, 1977). Especificamente na literatura realista-naturalista, questões relativas a incesto e adultério (principalmente o feminino), inversão sexual e outras “doenças sociais” estão presentes em obras importantes da literatura brasileira¹. Acima de tudo, o romance realista (e naturalista) se apresenta como uma crítica ao romance romântico, principalmente à visão romântica do casamento e da família burguesa².

¹ Ver Machado de Assis (Helena, Dom Casmurro), Aluísio de Azevedo (O Cortiço), e Adolfo Caminha (O Bom-Crioulo), entre outros.

² Entre os temas mais abordados pelo romance ficcional, destacam-se a vida familiar e cotidiana do homem comum, as relações de sociabilidade, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Recusando os modelos de família e casamento tal como retratados pela visão romântica, os escritores realistas mostram essas duas instituições em sua degenerescência, hipocrisia, monotonia, e suas “patologias” como o incesto e o adultério, que solapavam a ordem social burguesa. Assim é que temas *tabus*, silenciados ou apenas tangenciados pela literatura romântica, foram trazidos ao centro do debate e tratados de maneira “crua e “realista”, enquanto

o sexo, antes banido das narrativas, passou a ocupar uma posição exagerada, refletindo talvez uma mudança [...] em relação às mulheres. O determinismo biológico [transformou] em fêmeas os antigos anjos [e] os estudos de temperamento desbancaram os casos puramente sentimentais. Ao mesmo tempo em que mudava do meio rural para o ambiente citadino, a ficção “penetrava na fisiologia com Aluísio de Azevedo e na psicologia com Machado de Assis [e] rompia com os preconceitos a que se prendera [...] (PEREIRA, 1973, p. 26).

Mais ainda nos romances naturalistas, as personagens sofrem de “enfermidades morais” causadas por defeitos de caráter ou por influência do meio; submetidas a uma vontade maior que a sua, a um determinismo contra o qual não conseguem se rebelar, elas submetem-se ao poder do instinto e à força do meio social ou cultural: não há como fugir de seu destino. Assim é que em *O Missionário*, Inglês de Sousa (1891) patenteia-se a vitória do meio “amazônico” sobre o homem, enquanto em *Hortência* o instinto animal irrefreável do mulato Lourenço leva-o a desejar sua própria irmã e a cometer o incesto, enquanto a esta não resta outra opção que não seja submeter-se à vontade do irmão – não há como fugir às garras do destino. Em *A Normalista*, Adolfo Caminha (1893) trata (também) de um caso incestuoso entre Maria do Carmo e seu padrinho João da Mata, com quem mora. Grávida do padrinho, ela sai da cidade (Fortaleza) para ter o filho, que nasce morto, e depois retorna à cidade e aos seus afazeres cotidianos, ficando noiva de um oficial de polícia. Com a morte de seu filho, salvam-se as aparências sob a capa da hipocrisia burguesa, enquanto que no romance do paraense Marques de Carvalho não há redenção para a heroína, e ela paga com a vida – já alquebrada de muito sofrimento – o hediondo pecado cometido.

Propondo-se a fazer uma abordagem antropológica do desvio, Peter Fry (1982) analisa a relação entre “prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas”. Preocupado com a construção de certos tipos sociais, o autor aponta o fato de que a sociedade brasileira produziu uma complexa taxonomia de tipos sociais, colocados em duas categorias dominantes: os “normais” e os outros (anormais, marginais, perversos, amorais, sem-vergonha) (FRY, 1982, p. 33).

Partindo do pressuposto de que em fins do século XIX a ciência médica, seguindo as teorias deterministas em voga na época, invadiu o campo da moral e se dedicou à codificação das “anormalidades” sexuais, o autor demonstra que, paralelamente à codificação médica, uma grande parte da produção literária do período, especialmente aquela hoje classificada como “naturalista”, passou a abordar temas relacionados à “marginalidade sexual”, falando de “doenças” como “perversão”, sadismo e homossexualidade.

Fry (1982) analisou dois romances nacionais – *O Bom-Crioulo* (1895) e *O Cortiço* (1890) – nos quais os autores abordam relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, e destacou o fato de que ambas as situações, mesmo sendo fictícias, são verossímeis e, sendo apresentadas em obras de cunho realista, pretendem estar baseadas em observações da realidade e, por isso, servem perfeitamente à análise etnográfica pretendida (FRY, p. 35). O autor destacou também a “posição marginal” ou pouco convencional dos dois autores como um dado relevante em sua análise, assim como o fato de terem ambos, muito provavelmente, apreendido as teorias médico-científicas dominantes na época e participado de perto, como observadores, da realidade descrita: é provável que Azevedo tenha visitado os cortiços do Rio de Janeiro, enquanto Caminha participou diretamente do “mundo da marinha”. Entre a realidade percebida e o paradigma determinista escolhido para explicá-la, os autores matizaram as relações e os tipos analisados, o que não aconteceu com o romance paraense.

Neste, os caracteres tipológicos, de temperamento e personalidade, são levados ao extremo: o mulato Lourenço personifica todos os defeitos de caráter associados ao seu tipo racial: vagabundo, briguento, valentão, capoeira, beberrão, macho vigoroso diante das mulheres disponíveis – todas as que despertassem seu apetite sexual poderiam ser por ele submetidas, fossem casadas ou solteiras, prostitutas ou “honestas”, e até mesmo sua própria irmã. Esta, o oposto de Lourenço: filha amorosa, irmã carinhosa, enfermeira dedicada aos doentes sob seus cuidados, amada e admirada por todos que a conheciam, principalmente pela mãe que sonhava para ela uma vida digna, realizada através da profissão que exercia e de um bom casamento, ao qual estava destinada por merecimento.

O autor enfatiza sobremaneira os aspectos naturais e biológicos dos seres humanos, principalmente com relação ao primado dos instintos sexuais como parte de uma natureza humana (?) pré-determinada, cujo destino está traçado e não pode ser modificado pela vontade individual. Homens e mulheres são retratados como machos e fêmeas, pouco propensos a vencer o determinismo do instinto, o que os define duplamente como seres de “segunda classe”: seres que não tiveram acesso – por sua incapacidade natural – aos benefícios da sociedade e à ordem normatizadora da cultura.

Desejando fazer parte dessa ordem cultural e social, Hortência se inseriu em uma atividade ocupacional, obteve um emprego e um salário que lhe permitiram manter-se dignamente durante os dois anos em que permaneceu

pura, inteiramente imaculada de corpo e de espírito, reservando com escrupulo sua pessoa para entregá-la um dia ao homem a quem amasse e que resolvesse tomá-la por mulher (CARVALHO, 1977, p. 48).

Tivesse ela concretizado seu propósito, e ela e sua família (através dela) teriam realizado, com êxito, a difícil façanha de escapar

das “crapulosas pândegas desonestas de todas as pessoas da sua classe” e fazer seu próprio destino.

Não conseguiu, entretanto, driblar a (má) sorte que o destino lhe reservou: a paixão avassaladora que passou a sentir pelo irmão destruiu a possibilidade de, através de um casamento, estabelecer a aliança necessária à reprodução da família. O ato incestuoso, uma espécie de “reciprocidade negativa”, quebrou a cadeia virtual da reciprocidade através da qual a família garantiria sua continuidade: ao tomar para si sua própria irmã, Lourenço impediu qualquer possibilidade de um casamento “legítimo” com outro homem; doado o filho da relação incestuosa, destruída a família original pelo falecimento da mãe e pela morte de Hortência, assassinada pelo próprio irmão, fechou-se definitivamente o círculo pela morte da família: morte física de seus membros; morte social, pela impossibilidade de se ampliar o círculo das relações familiares através da aliança. O incesto, ao profanar a santidade da família, dissolveu seus valores mais caros, extinguiu (fisicamente) seus membros e destruiu qualquer possibilidade de sua continuidade – real ou simbólica.

Referências

- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Cejup / Secult, 1977.
- DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological blues. In: _____. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. A obra literária como etnografia: notas sobre as relações entre literatura e antropologia. In: _____. *Conta de mentiroso*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FRY, Peter. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas. In: _____.

Caminhos Cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LAPLANTINE, François. Antropologia e Literatura. In: *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

_____. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massoud. *História da Literatura Brasileira III: realismo*. São Paulo: Cultrix, 1985.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção – de 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, DF: INL, 1973.

SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Inglês de. *O missionário*. São Paulo: Ática, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: _____. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.